



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ZARA JOSEFA MENDES

**MULHERES GUINEENSES E RACISMO ESTRUTURAL: UM ESTUDO SOBRE
DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

ZARA JOSEFA MENDES

**MULHERES GUINEENSES E RACISMO ESTRUTURAL: UM ESTUDO SOBRE
DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL**

Trabalho de conclusão de Curso, modalidade Projeto de Pesquisa, apresentado ao Instituto de Humanidade e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a conclusão do curso de Bacharelado em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rutte Tavares Cardoso Andrade.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

ZARA JOSEFA MENDES

**MULHERES GUINEENSES E RACISMO ESTRUTURAL: UM ESTUDO SOBRE
DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL**

Trabalho de conclusão de Curso, modalidade Projeto de Pesquisa, apresentado ao Instituto de Humanidade e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a conclusão do curso de Bacharelado em Humanidades.

Aprovado em 11 de fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Rutte Tavares Cardoso Andrade (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Cristina Teodoro (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Rosalina Tavares Andrade (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PERGUNTA DE PESQUISA	9
3	JUSTIFICATIVA	9
4	OBJETIVOS	11
4.1	OBJETIVO GERAL	11
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
5	REFERÊNCIAL TEÓRICO	12
5.1	GÊNERO: UMA ANÁLISE TEÓRICA E CONCEPTUAL	12
5.2	INTERSECCIONALIDADE	12
5.3	FEMINISMO: RESISTÊNCIA POLÍTICA DAS MULHERES GUINEENSES	17
6	METODOLOGIA	18
7	CRONOGRAMA	20
	Referências	21

1 INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental da África, faz fronteiras ao norte com o Senegal, ao sul e leste com a Guiné, e a oeste com o oceano atlântico. É uma república democrática laica, dividida em nove regiões: Biombo, Bafatá, Gabu, Oio, Bolama, Quinara, Cacheu e Tombali. E tem como capital Bissau. A extensão territorial do país é de 36.125 quilômetros quadrados, e é formado por mais de 80 ilhas estando entre as melhores praias da África Ocidental. Guiné Bissau, é um país extremamente prospero cultural e historicamente, com mais de trinta etnias. E tem uma cultura de resistência que inclusive é marcada pelas guerras civis, que revela a determinação e coragem do povo guineense face ao sistema de dominação e exploração (neo) colonial.

Economicamente ela é pouco desenvolvida, se comparado aos demais países africanos que também foram marcadas pela colonização e escravidão, como Nigéria, África do Sul, Etiópia, Angola entre outros. Contudo, este processo é fruto da falta de comprometimento da elite política e económica, durante o período colonial e pós-independência, que se estende até os dias de hoje no país, incluindo a exclusão das mulheres nesse âmbito. Pois, dentro de um projeto de dominação e exploração colonial, fundamentado no racismo enquanto sistema de relação de poder (MOORE,2007), instaurou-se um processo de preparação de uma elite endógena, para dar continuidade ao sistema colonial patriarcal e suas políticas de silenciamento e exclusão.

A fonte econômica do país é nutrida, essencialmente dos seus recursos naturais e serviços de ecossistema. O ponto focal com mais faturação é a agricultura, baseando-se no cultivo de castanha de caju. Por outro lado, temos a pesca que também contribui de forma simbólica na economia nacional. Neste sentido, as mulheres guineenses, historicamente desempenharam um papel central na configuração e evolução do sector económico. Isto é, as mulheres sempre estiveram ativas no mercado de trabalho, alimentando os principais sectores que mobilizam a economia.

Guiné Bissau foi a primeira colônia portuguesa na África a tornar-se independente em 24 de setembro de 1973, no entanto, foi reconhecido pelo colonizador em 10 de setembro de 1974. Sendo um país colonizado pelo Portugal, foi imposta a língua portuguesa (colonizada e colonizadora) como a língua oficial. No

entanto, a maior parte da população fala crioulo, enquanto outros falam outras línguas locais como: fula, papel, manjaco, mandinga, balanta e mancanha. Na Guiné-Bissau o número da população é estimado de 1,5 milhão de habitantes, da qual 52% são mulheres (GUINÉ-BISSAU, 2010).

E é justamente nesse ponto que entra a nossa inquietação. Porque é que as mulheres mesmo sendo a população majoritária no país, são excluídas da participação ativa no âmbito do funcionalismo político e mercado de trabalho formal? Esses espaços ficam reservados pelos homens, enquanto elas ficam no seio “privado” se ocupando com cuidado da casa e dos filhos. É, portanto, a partir desse fenômeno discriminatório e excludente, que visibilizam e apagam o protagonismo das mulheres guineenses, que nos comprometemos em questionar as dificuldades e os desafios da mulher no mercado de trabalho guineense, no período pós-independência.

Entrando, no tema da nossa pesquisa, desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal, percebemos durante a sua elaboração que gênero, raça, classe e outras categorias opressoras dominaram a história das mulheres no país, marcado pelo processo de (neo) colonização e trazendo à tona uma desigualdade entre homens e mulheres em vários âmbitos. Contudo, sem menosprezar as demais formas de opressões, iremos dar enfoque maior nas desigualdades de gênero que ocorrem especificamente no mercado de trabalho, para entendermos quais os fatores que condicionam essa baixa participação das mulheres nas lideranças de grandes cargos políticos e empresas privadas. Porque é que esses espaços são reservados simplesmente para esses homens, que assumiram o lugar do colonizador após a independência? Como o racismo estrutural e o sistema de patriarcado influencia o acesso e a permanência das mulheres no mercado formal de trabalho, no período pós-independência?

Para isso, inicialmente, seria importante falarmos e termos consciência de que esse cenário atual do mundo de trabalho no país, é consequência do racismo sistêmico e do processo de colonialismo. É necessário entender como essa cultura de patriarcado, chegou não somente na Guiné-Bissau, mas também em outras partes do continente africana, onde o protagonismo das mulheres foi reduzido a determinados papéis sociais (OYEWUMI, 2021).

Conforme as concepções epistemológicas de Cheikh Anta Diop (1923), o berço do Norte, as condições climáticas, condicionaram a sistematização de valores culturais como o sistema de patriarcado, a subjugação social das mulheres, o

individualismo, propriedade privadas de terra, xenofobia, entre outros valores. Esses valores culturais que caracterizam as sociedades Ocidentais, foram introduzidos nas sociedades africanas, em especial a guineense, a partir da colonização Portuguesa do sec. XV. A partir deste período, o povo guineense tem resistido as experiências culturais estranhas a sua “cosmopercepção” (Oyeronke, 2021).

Neste sentido, o papel social das mulheres guineenses, foi moldada a partir do sistema de matriarcado sofreu profunda deslocação, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista cosmológico, epistemológico, espiritual e económico (SOMÉ, 2007). Vale ressaltar que antes desse processo as mulheres sempre estiveram ativas no mercado de trabalho. Porém, foi a partir dessa ótica de escravização e dominação que nasceu a chamada desigualdade social.

Com isso, a verdadeira história da África tem resistido ao processo de epistemicídio e mentecídio. A (neo)colonização proporcionou alguns privilégios para aqueles homens ditos assimilados. Aqueles que se encaixavam no “padrão”, aceitando que tendo a cultura dos invasores era a única forma de ser um intelectual. Segundo Godinho (2015) ser “civilizados” significava, fundamentalmente, a interiorização dos pressupostos racistas e patriarcal da política colonial portuguesa, e se traduzia na condição essencial para se tornar cidadão.

Já Freitas (2021) enfatiza que essa visão pode ser facilmente comprovada observando os padrões utilizados como superiores, traços europeus como: pele branca, olhos claros, cabelos lisos. Já o negro nesse caso, se tornou um cidadão criminoso e feio aos olhos da sociedade.

Mesmo com o fim da escravidão, vimos que o valor cultural do colonizador continuou prevalecendo, até os dias atuais, na sociedade guineense. As mulheres passaram a ser vistas como se não tivessem nada a acrescentar, ou não fossem tão importantes para o processo de desenvolvimento no país, servindo apenas como cuidadora do lar e dos filhos. Conforme Godinho (2015, p. 171-172), os anos subsequentes à independência da Guiné-Bissau viram as mulheres relegadas a uma posição de subordinação e fragilidade, na sociedade (sobretudo na esfera política e nos postos de decisão).

Como já vimos, mulheres guineenses sempre deram as suas contribuições para o desenvolvimento económico do país, inclusive tiveram uma participação ativa na luta armada e que, no entanto, após a independência foram deixadas de lado como dizia o Amílcar Cabral. Para Godinho, (2015, p. 171) a contribuição das mulheres foi

extremamente importante e permitiu alcançar grandes objetivos em termos da organização das novas instituições nas áreas libertadas. Tiveram destaque em alguns domínios, tudo de forma positiva, trabalhando na mudança de mentalidades sociais.

No entanto, o que se vê atualmente é uma realidade bem distante do que se via nas décadas passadas. O mercado de trabalho guineense enfrenta um cenário de desigualdades e discriminação para com as mulheres. E o que fica é essa inquietação, qual a causa dessa discriminação? Será que o Estado guineense não tem consciência e preocupação de proteger os direitos das mulheres?

Como mostra o relatório, na Guiné-Bissau a responsabilidade da mulher em casa e no seio familiar é muito mais importante do que qualquer outra tarefa que ela pode vir a desempenhar na sociedade. A responsabilidade que a mulher tem com o com tarefas domésticas, limita a sua participação política, que passa a ser reservado ao homem. (Voz de paz; Interpeace, 2018, pag. 44).

As desigualdades de gênero são as diversas formas de opressão que as mulheres têm sofrido ao longo dos anos. Falar de gênero é sempre importante, porque muitas pessoas confundem o termo gênero com sexo, e isso acaba afetando negativamente as mulheres. E uma coisa que precisa ser ressaltada é que essas opressões ainda são pensadas separadamente. Devemos analisar essas desigualdades a partir de um olhar interseccional, porque apesar de serem todas mulheres, mas, cada uma tem a sua especificidade e cada uma sofre consoante o tipo de preconceito que a sociedade a impõe.

Exemplo disso, é ver uma mulher negra, lésbica e ainda da periferia, que além de estar sofrendo o comum para muitos que é a questão do gênero, também sofre por não ser heterossexual, e ainda por ser pobre. Conforme viemos explicando ao longo do trabalho, para essa sociedade machista e patriarcal, existe um gênero ideal para ser chefe, empresário, deputado e muitos outros cargos importantes e o gênero feminino que serve simplesmente para ficar em casa cuidado dos filhos e trabalhos domésticos. Por isso se chama desigualdade de gênero, porque existe um tratamento desigual entre homens e mulheres. O objetivo dessa pesquisa é justamente entender esses estereótipos que são impostas às mulheres.

Além de trabalhos domésticos que a mulher é encarregada, também precisa dar conta de outras atividades sociais ou profissionais. Assim, uma mulher com ocupação profissional ou política tem a obrigação de conciliar a sua atividade e os seus “deveres” domésticos. As consequências deste hábito é a sobrecarga de um dos

membros da família, porque após uma jornada de trabalho fora de casa, ela ainda se encarrega de realizar outras tarefas, enquanto o homem goza de repouso e lazer, como mencionado em Quinhamél: “A minha mãe, quando saía da bolanha com o meu pai, ocupava-se de todas as tarefas em casa (limpar a casa, lavar os pratos, cozinhar e cuidar das crianças) enquanto ele descansava.” (Voz de paz; Interpeace, 2018, pag. 44).

Por essas e outras questões, que iremos nesse projeto trabalhar com autoras engajadas, que ao longo do tempo vêm dando suas contribuições na reflexão sobre as narrativas epistemológicas e políticas sobre gênero, a partir das experiências cosmosensoriais africanas. Entendemos que essas narrativas são providenciais, na compreensão dos fatores que explicam o fenómeno da exclusão das mulheres no mercado formal do trabalho, em Guiné Bissau e contribuem no processo de sistematização de políticas públicas, para soluções permanentes, face ao fenómeno em apreço. Deste modo, o presente trabalho tem relevância política e acadêmica, no processo de reflexões sobre as epistemologias africanas e poderá servir como aportes para pesquisadores interessados no tema.

2 PERGUNTA DE PESQUISA

O presente projeto de pesquisa será orientado pela seguinte pergunta de partida: quais são os fenómenos que explicam os constrangimentos das mulheres guineenses no acesso e permanência no mercado de trabalho formal na Guiné-Bissau?

3 JUSTIFICATIVA

Indubitavelmente, aquela menina de três anos atrás nunca saberia responder o que seria desigualdade de gênero, muito menos ainda se ela existia ou não. Isto porque, o ensino guineense já contribuí muito para a separação dos gêneros, e passam uma imagem normativa de que é obrigatório o homem estar à frente da mulher. Para mim era normal, uma obrigação melhor dizendo, que a mulher ficasse em casa cuidando dos afazeres domésticos enquanto que o homem deveria também

por obrigação ser engenheiro, deputado, presidente para sustentar a família. Graças a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileiro (UNILAB), pude acessar reflexões críticas sobre mulheres, mulheres africanas e o fenômeno de racismo e o sistema de patriarcado e suas políticas de silenciamento e exclusão feminina. Ao longo do aprendizado peguei vários componentes ligados a essa temática, porque estava ampliando cada vez mais a minha consciência crítica e consciência histórica.

Com isso, fui entendendo mais sobre a questão e tendo uma visão mais aprofundada e crítica, o que me fez entender que existem, várias formas de opressões. Pois, dentro deste contexto social marcado pelo sistema hegemônico patriarcal e racista, as mulheres estão sendo discriminadas e impedidas de exercer os seus direitos. Não obstante o seu protagonismo no processo de resistência cultural e político face ao sistema (neo)colonial.

As mulheres guineenses têm uma história de luta e protagonismo multissecular e milenar. As diferentes expressões humanas, lutaram para que hoje pudéssemos ter um mundo mais equilibrado com mesmas oportunidades que os homens, por isso, é a nossa obrigação dar continuidade a esse legado para que as gerações vindouras possam entender que não devem aceitar que a sociedade as reduza a donas de casa e esposas.

E foi dessa forma então, que surgiu o interesse por esse tema, pensei logo em tudo que vem acontecendo no mundo e principalmente na Guiné-Bissau, em como esse ato de dominação no seio de trabalho formal é muito comum na sociedade guineense e é mascarada. Um país com muitas mulheres capacitadas, mas que aceitam ser nada mais que donas de casa, outras por acharem que é normal como eu que algum dia já tive essa ideia, e outras também, porque as fazem um jogo emocional e as obrigam a escolher ou casamento ou trabalho. Além disso, eu espero um dia voltar e dar a minha contribuição para o desenvolvimento do meu país, mas o comum atualmente, é ver mulheres optando por seguir o caminho do empreendedorismo e deixarem de lado suas formações por falta oportunidade.

Imagine-se que uma pessoa dedica cinco, dez anos longe de casa, familiares, amigos para ter uma formação de qualidade e assim torna-se um profissional qualificado, porém quando volta a realidade é outra. E acabam pensando num plano “b”, que é empreender. Essa frustração fez com que muitas jovens hoje em dia perderam a vontade de lutar, de estudar, algumas até começam, mas acabam desistindo no meio do caminho por não terem mais esperança. Mas obviamente, que

elas cresceram sonhando em um dia se tornar ministra, presidente, deputada, mas esse sonho foi arrancado delas.

Foi por isso, que como acadêmica e como mulher africana, me vi na obrigação política (HOOKS, 2007) de pesquisar para entender melhor o porquê dessas desigualdades e fazer o máximo para que mais mulheres saibam que estão sofrendo e que não devem ficar caladas. E não só, mas também para servir de apoio a quem futuramente desejar se aprofundar no tema. Provocar a sociedade a questionar o porquê dessas desigualdades, dessas violências, para que nunca duvidem das suas potencialidades, e o mais importante, sempre a refletirem sobre o seu papel na sociedade, como de alguma forma elas podem contribuir, colocando em evidência qual a projeção para o futuro feminino.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar as condições e os desafios das mulheres guineenses no acesso e permanência no mercado de trabalho formal, considerando os valores culturais, processos históricos e dinâmicas sociais do país, no período de 2010-2020.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar o contexto cultural e histórico, das mulheres guineenses no mercado formal de trabalho, no período pós-independências;
- Caracterizar o sistema de patriarcado e sua influência no processo de participação das mulheres guineense no mercado formal de trabalho;
- Analisar as políticas públicas para promoção integridade feminina no mercado de trabalho formal.

5 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Para obter resultado do nosso trabalho, procuraremos dialogar com intelectuais que trazem à tona o debate sobre gênero e a protagonismo social das mulheres africana na sociedade. Considerando os valores culturais endógenos, os processos históricos e dinâmicas sociais internas. Como a clássicas reflexões da professora Oyeronke Oyewumi (2021), a escritora Odete Semedo (2012), pesquisadora Patrícia Godinho Gomes (2015), dentre outras. E vamos dar enfoque nas categorias analíticas que são extremamente importantes e que nos levarão a efetivação dos objetivos do presente trabalho: gênero, desigualdade e equidade de gênero no mercado de trabalho formal, Interseccionalidade, feminismo, sistema de patriarcado.

A escolha da perspectiva epistemológica – interseccionalidade- que é marcada pelo eurocentrismo, se deriva da proposta teórica e política feminista, foi pensada para ajustar as necessidades das mulheres africanas, problematizando as múltiplas opressões que atravessam a sua (re) existências. Por outro lado, também teremos em devida conta, a epistemologia de mulherismo africana que defende a resistência, permanência e continuidade do legado dos nossos ancestrais, principalmente ‘mulheres africanas e seus legados de lutas milenar.

5.1 GÊNERO: UMA ANÁLISE TEÓRICA E CONCEPTUAL

Nos últimos cinco séculos, as sociedades africanas têm resistido as várias processo de alterações sociais e culturais, onde países passaram por um processo de deslocamento cultural e histórico. O processo de colonização árabe (sec. VI, d.e.C) e europeia (sec. VX), orquestrado pelo racismo estrutural, redefiniu a dinâmica social e os *modus operandis* dos grupos sociais dentro dos seus territórios. Para efetivar a sua agenda de dominação, os colonizadores brancos, fizeram o uso da violência física e simbólica, para impor seus valores culturais e princípios, como estratégias para garantir a sua agenda genocida, em nome do progresso Ocidental. Neste sentido, as mulheres, os homens e crianças africanas, em especial as guineenses se viram coagidos a lidar com valores, como o sistema de patriarcado, estranha a sua matriz civilizatória.

Na Guiné Bissau temos uma cultural endógena que há mais de cinco séculos tem resistido as forças externas. Nesse mesmo contexto temos uma cultura do

colonizador imposta, para alienar as pessoas e manter o status quo, de dominação e exploração. “Significativamente, gênero e categorias raciais surgiram durante essa época como dois eixos fundamentais ao longo dos quais as pessoas foram exploradas, e sociedades, estratificadas” (Oyeronke Oyewumi, p.1, 2004)

O sistema colonial eurocêntrico, a partir do sistema de patriarcado consolidou um discurso do que é certo ou errado, lugar que é da mulher e outro que é do homem, construindo assim essa separação que acabou inferiorizando e colocando a mulher como o elo mais fraco e a figura masculina como chefe da família.

Segundo a historiografia Ocidental, os estudos sobre as relações sociais entre mulheres e homens das relações de gênero ganharam corpo, a partir de finais da década de 60, nos países de língua inglesa. Gênero como categoria analítica, ainda continua a ser uma interrogação para as feministas no sentido de que precisa ser esclarecida a subalternidade e subordinação das mulheres no mundo. Isto se trata duma procura que caminhou e que continua a caminhar no sentido de interrogações. (Isabel Maria Casimiro; Ximena Andrade, p.7, 2005)

Por muito tempo gênero teve uma complicação para que as pessoas entendessem seu verdadeiro significado e como ele é aplicado, e isso certamente se estende até os dias atuais. As pessoas têm muita dificuldade em separar esses dois conceitos, gênero e sexo. Para a sociedade eurocêntrica se a pessoa nasce com o sexo masculino é porque tem que seguir certos hábitos que é considerado de um homem e assim também para uma pessoa com sexo feminino.

Um dos efeitos desse eurocentrismo é a racialização do conhecimento: a Europa é vista como fonte de conhecimento, e os europeus, como os únicos conhecedores. Na verdade, esse privilégio de gênero masculino como uma parte essencial do ethos europeu está consagrado na cultura da modernidade. Por isso, este contexto global para a produção de conhecimento precisa ser levado em conta na nossa busca para entender as realidades africanas e de fato a condição humana (OYEWUMI, 2004, p.1).

Segundo Silveira e Alda (2018) grande maioria das mulheres (mais de 75%) vive nas comunidades rurais, com níveis de escolaridade bastante fracos (taxa de analfabetização situada entre 85-90%), e isso as torna sujeitas a uma falta quase total de autonomia no que diz respeito ao controle de sua própria vida e do seu corpo, devido a fatores sociais. Muitas famílias não deixam suas filhas irem à escola porque devem cuidar da casa, ou as vezes se ela estuda a tarde, de manhã é obrigada a fazer

todos os trabalhos domésticos preparar almoço para depois ir à escola atrasada e sem se preparar para aula. Mesmo que tenha um irmão que esteja em casa sem fazer nada, é essa mulher que vai cuidar de tudo sozinha.

Como ressalta Tiburi (2018) em muitos contextos, lugares, países e culturas, meninas e jovens, adultas e idosas trabalharão para seu pai, seus irmãos, para o marido, e os filhos. Apenas por serem mulheres, serão condenadas ao trabalho braçal dentro de casa, a serviço de outros que não podem ou não querem trabalhar como elas.

As poucas que estão no poder e têm um bom cargo no mercado de trabalho formal, ou são privilegiadas por terem pessoas próximas que as fazem chegar a essa posição, ou tiveram uma boa educação que boa parte da população não tem.

Segundo Godinho,

A categoria “gênero” começou por ser utilizada para indicar a construção social das diferenças e das desigualdades características das sociedades humanas, ocidentais e não só. O “gênero” foi sendo concebido como uma categoria política orientada no sentido da redefinição das relações de poder, público e privado, entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que se transformava numa categoria epistemológica, de pesquisa, finalizada a refundar os processos de conhecimento. (Patricia Godinho, 2015, pag. 169).

No Governo chefiado pelo Primeiro Ministro Umaro Sissoco Embaló (novembro de 2016 a janeiro de 2018), mostra que, dos 32 membros figuram escassamente somente quatro mulheres. Já nas Forças Armadas, somente 4 mulheres chegaram ao posto de coronel. No contingente militar encontram só 3,93 % de mulheres, e nas Forças de Segurança há simplesmente 2 mulheres com categoria de coronéis. (Voz de paz; Interpeace, pag. 32, 2018).

Gradativamente, as mulheres passaram a ocupar escritórios, lojas, escolas e hospitais. Porém, suas atividades, eram quase sempre (como ainda é até os dias de hoje, em boa parte) rigidamente controladas e dirigidas pelos homens e geralmente representadas como secundárias, "de apoio", de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação (Lopes, 1997, p. 16).

5.2 INTERSECCIONALIDADE

A proposta epistemológica de Interseccionalidade foi concebido por mulheres negras diaspóricas, a partir da necessidade e urgência, em atender as múltiplas

opressões raciais vividas e doídas sistematicamente, pelas mulheres africanas, dentro do sistema hegemônico marcado pelo racismo totalitário estadunidense e o sistema de patriarcado. Segundo as narrativas da intelectual Carla Akotirene (2019) a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, onde as mulheres negras várias vezes são atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

Quando falamos em diversas formas de opressão, estamos falando da opressão de raça, classe e gênero, e geralmente elas são pensadas separadamente, o que não deveria acontecer. Todas as mulheres independentes da raça, lutam para trabalhar e ter direitos iguais aos homens, mas quando é uma mulher negra, além de lutar pelos direitos iguais ela ainda é obrigada a lutar para estar no mesmo patamar que uma mulher branca para depois lutar contra os homens. A mulheres pretas, dentro desta dinâmica social, racista e patriarcal por ser mulher, já é tida como inferior diante dos homens e o racismo como fator diminutivo em sua identidade perante a sociedade. (FREITAS, 2021, pag. 38).

A socióloga nigeriana, Oyeronké Oyewumi (2004, p. 3), a parti das suas pesquisas com as mulheres da expressão humana (grupo étnico) Igbos, em Nigéria, nos mostra que gênero é socialmente construído, a categoria social "mulher" não é universal, mas que outras formas de opressão e igualdade estão presentes na sociedade, por isso, questões adicionais devem ser feitas: Por que gênero? Em que medida uma análise de gênero revela ou oculta outras formas de opressão?

O que acontece é que quando as mulheres africanas e negras diaspórica sofrem alguma violência, não se preocupam em dar uma atenção a fim de entender o motivo, ou melhor, os motivos que levaram a esse ocorrido. As opressões são tratadas separadamente. Mas, o conceito da interseccionalidade serve exatamente para isso, ela nos mostra que todas essas formas de opressões são diferentes, mas se interseccionam, e que nenhuma delas é mais importante do que a outra, por isso merecem a mesma atenção.

Segundo Oyewumi (2004, p. 5) raça e classe não são normalmente variáveis na família nuclear, por isso que o feminismo branco, que é preso na família enquanto unidade de análise, não vê raça ou classe como categoria opressora. A categoria fundamental da diferença considerada universal na família nuclear, é o gênero. Nesta linha, a pesquisadora, Djamila Ribeiro, faz notar que “Por não serem nem brancas,

nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supracista branca”. (Kiloma, 2017, apud, Ribeiro, 2016, pag. 102). E essa diferença não é de hoje, pois, desde época colonial as mulheres negras desempenhavam papéis diferentes que as mulheres brancas, a sociedade desigual a qual estamos expostos a múltiplas opressões, e exclusão dos direitos básicos como o acesso ao mercado de trabalho formal.

Pensar a interseccionalidade é entender que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, é necessário acabar com essa estrutura e pensar que raça, classe e gênero não podem de forma alguma ser pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável (Ribeiro, 2016, pag. 101). A pesquisadora Djamila ribeira ainda reforça a necessidade de (2016, p.100) pensar como as opressões se combinam e entrecruzam, gerando outras formas de opressão, é fundamental para se pensar outras possibilidades de existência.

Para Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro. (Kimberlé, 2018, apud Akotirene, 2019, pag. 14).

Nesse caso já estabelecendo o diálogo teórico entre o pensamento interseccional de Audre Lorde e Achille Mbembe, enquanto as mulheres brancas temem que seus filhos sejam cooptados pelo patriarcado, as mulheres negras sentem medo de enterrar seus filhos vitimados pelas necropolíticas. (Akotirene, 2019, pag. 16).

Desse modo, se pensarmos numa situação que se aplica as experiencias das mulheres pretas guineenses, pois, vê-se que estão perante uma situação de vulnerabilidade. Porque além de ser mulher, também é negra, com poucas posses, mãe, lesbisca, pertencente de uma etnia que é discriminada, dentre várias outras categorias, e todas essas múltiplas formas de opressões se juntam no mesmo corpo. Ademais, mulheres de pele mais clara são mais valorizadas no país, o que podemos dizer que é mais uma das consequências desse processo colonial. Portanto, a cor da pele, o gênero, e classe determinam o trabalho, cargo até mesmo lugares e pessoas que você vai se relacionar.

5.3 FEMINISMO: RESISTÊNCIA POLÍTICA DAS MULHERES GUINEENSES

Mulheres guineenses se encontram num cenário de maior vulnerabilidade no país. O movimento feminista, no entanto, está para lutar contra esse sistema patriarcal, reforçando o lugar e direito das mulheres. Importante ressaltar que esta luta não é contra os homens, mas sim contra essa estrutura de dominação fruto do colonialismo, que coloca o homem como superior e detentor do poder.

Conforme Bamisile (2013, p. 259) o termo feminismo derivou da palavra francesa *feminisme*, que depois passou a ser usado com regularidade na língua inglesa, para significar e advogar o desejo de se alcançarem direitos iguais para as mulheres, com base na ideia da igualdade de sexos.

Segundo Scott (1989, p. 09) as teóricas do patriarcado concentraram sua atenção na subordinação das mulheres e encontraram a explicação na necessidade de o macho dominar as mulheres.

Tiburi ressalta,

O feminismo nos leva à luta por direitos de todas, todes e todos. Todas porque quem leva essa luta adiante são as mulheres. Todes porque o feminismo liberou as pessoas de se identificarem somente como mulheres ou homens e abriu espaço para outras expressões de gênero - e de sexualidade – e isso veio interferir no todo da vida.¹ Todos porque luta por certa ideia de humanidade (que não é um humanismo, pois o humanismo também pode ser operador ideológico que privilegia o homem em detrimento das mulheres, dos gêneros e, até mesmo, das outras espécies) e, por isso mesmo, considera que aquelas pessoas definidas como homens também devem ser incluídas em um processo realmente democrático, coisa que o mundo machista – que conferiu aos homens privilégios, mas os abandonou a uma profunda miséria espiritual. (Marcia Tiburi, 2018)

Como já tínhamos dito, essa luta não é contra os homens nem apoia a exclusão de nenhuma cultura. As mulheres estão à frente de tudo, mas quanto mais unidos nessa causa, mais chances se têm de romper com esse paradigma.

Já Freitas (2021) afirma que partindo dos pressupostos feministas viu-se a necessidade de uma luta que abarcasse não somente a mulher como dona de si e de suas vontades mas também, dona de sua etnia e cultura. Oyewumi (2004) demonstra as transformações das feministas, salienta que:

As feministas, como um destes grupos, têm usado seu poder recém-adquirido nas sociedades ocidentais para transformar o que antes eram vistos como os problemas particulares das mulheres em questões públicas. Eles mostraram

como problemas pessoais das mulheres na esfera privada são de fato questões públicas constituídas pela desigualdade de gênero da estrutura social. Está claro que as experiências das mulheres euro-americanas e o desejo por transformação forneceram as bases para as perguntas, conceitos, teorias e preocupações que produziram a pesquisa de gênero. (OYERONKE OYÉWÚMÍ, 2004, P.2).

Perguntas como essas, do porquê que as mulheres não podem governar o país se elas sozinhas conseguem dar conta de várias coisas ao mesmo tempo? Se elas apresentam a mesma capacidade, e estão aptas para desempenhar qualquer função e ajudar no processo revolucionário igual aos homens, porque que elas são excluídas? É uma luta constante para que a mulher consiga provar que ela é merecedora de um cargo.

Uma sociedade marcada pelo patriarcado coloca a mulher como coadjuvante nas relações sociais e os homens como dominantes da voz e do comando nessas relações. (Freitas, 2018, pag. 35). Essa estrutura patriarcal é bastante comum na sociedade guineense, em geral, cargos de maior importância cultural são destinados aos homens, já as mulheres ficam encarregadas de assuntos familiares. Essa forma de organização social, mostra claramente que as mulheres guineenses estão hierarquicamente subordinadas aos homens.

6 METODOLOGIA

Para obtermos respostas e desenvolver esse trabalho, iremos usar o método da pesquisa qualitativa, principalmente revisões bibliográficas, onde iremos procurar referências e coletar informações. Esse método de recolhas de informações será obtido nos livros, revistas, sites ou em qualquer artigo que tiver alguma ligação com o tema. Conforme Gil (2009, p. 27),

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, ela é estabelecida, para dirigir um

conteúdo sistemático com eficácia, de maneira mais completa possível (JUNIOR; JUNIOR, 2011 apud ROSA; ARNOLDI 2006, p17.).

Sendo assim, entrevistaremos um total de 15 pessoas, todas de região de Bissau e idade entre 25 à 30 anos. Nesse caso, 10 mulheres e 5 homens. Entre essas mulheres 5 serão as que já estão trabalhando no mercado de trabalho formal, 3 mulheres que já se formaram, mas que ainda não tiveram oportunidade de acesso ao trabalho formal, e 2 que nunca tiveram a chance de ir à escola. E o restante de 5 pessoas serão homens que estão no centro de tomada de decisão.

Nesse quesito, as questões a serem elaboradas estarão voltadas ao fator económico, localização geográfica, geração, religiosidade, entre outro. Teremos como foco as condições que explicam as condições e desafios de participação das mulheres no mercado de trabalho formal. Para aquelas mulheres que já estão trabalhando, como foi para elas chegar a esse posto e se ainda sofrem alguma discriminação no local de trabalho. O que as impedem de participar na tomada de decisão, e se ouve alguma mudança. Essas entrevistas serão fundamentais para a nossa pesquisa e nos darão respostas para a elaboração da monografia.

Essa entrevista será realizada através do trabalho de campo, e também via plataforma google meet ou E-mail para quem não estiver disponível a realização da entrevista. Depois iremos dar o segundo passo, que é extrair informações no que tange o tema da nossa pesquisa com cautela de dados para alcançarmos nosso objetivo.

7 CRONOGRAMA

Anos/Etapas	2020	2021		2022		2023
	1° Sem.	2°Sem.	3°Sem.	4°Sem.	5° Sem.	6° Sem.
Revisão do projeto	X	x				
Levantamento bibliográfico e fichamentos			x	x		
Apresentação do projeto revisado				x		
Organização da estrutura para a monografia			x	x		
Preparo do roteiro e coleta de dados				x		
Análise dos dados coletados					x	x
Elaboração e redação do trabalho					x	x
Revisão e redação final						x
Entrega e defesa de da monografia						x

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.152p. (Feminismos Plurais, coordenação de Djamila Ribeiro).
- BAMISILE, Sunday Adetunji. **A procura de uma ideologia afro-cêntrica: do feminismo ao afro-feminismo**. São Paulo: Via Atlântica, n.24 2013.
- BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. **Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica**. Revista Ártemis, João Pessoa, v. 1, p. 64-73, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis>>
- CASIMIRO, Isabel Maria; ANDRADE, Ximena. **Investigação sobre Mulher e Gênero no Centro de Estudos Africanos**. Estudos Moçambicanos, Maputo, n. 21, p. 7-27, 2005.
- CASIMIRO, Maria Isabel; ANDRADE, Ximena. **Investigação sobre mulher e género no centro de estudos africanos**. Estudos Moçambicanos. 21 (2005). P. 7-27.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GUINÉ-BISSAU. Constituição (2010). Plano de Acção Nacional Para A Implementação da Resolução 1325 (2000) nº 1325 (2000), de março de 2010. **Mulheres Paz e Segurança**. Bissau, mar. 2010. Instituto da Mulher e Criança (IMC). Disponível em: http://www.peacewomen.org/assets/file/NationalActionPlans/guineabissau_nationalactionplan_2010.pdf. Acesso em: 04 fev. 2022.
- GOMES, Patrícia Godinho. **O Estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar**. Vol. 12. N. 19. 2015. P. 168-189.
- José A. O fim do patriarcado. Webartigo. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/o-fim-do-patriarcalismo/27353/>>.
- JÚNIOR, Álvaro Francisco de Britto; JÚNIOR Nazir Feres. **A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos**. Evidência, Araxá, 2011.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.
- MAZRUI, Ali A.; WONDJI Christophe. **A evolução relativa aos papéis dos homens e das mulheres**. In: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010 (História Geral da África, VIII).
- MCFADDEN, Patrícia. **Tornamo-nos Feministas Africanas Contemporâneas: Histórias femininas, legados e os novos imperativos**. Série diálogo feminista, Maputo, nº 1, nov. 2016.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. Dakar: Codesria, Volume 1, 2004.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismo negro para um novo marco civilizatório**. Sur 24. Volume 13. N. 24. 99 – 104. 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Mimeo. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila de Gender: a useful category of historical analyses. In: Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press. 1989.

SILVA, Clarice de Freitas. **Feminismo negro: uma perspectiva do discurso ideológico na desigualdade histórica da mulher negra**. Pernambuco. Volume 07. 2021.

SILVA, Epifânia Arlete. **Desigualdade de gênero na Guiné-Bissau: mulheres na representação política**. São Francisco do Conde. 2019

CASIMIRO, Maria Isabel; ANDRADE, Ximena. **Investigação sobre mulher e gênero no centro de estudos africanos**. Estudos Moçambicanos. 21 (2005). P. 7-27

TIBURI, Marcia. **Femismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro. 2018.

VOZ DI PAZ; INTERPEACE (org.). **Fala di Mindjer: além da pressão social e das barreiras institucionais: o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na guiné-bissau**. Bissau: Desconhecida, 2018. P. 94. Disponível em: https://www.interpeace.org/wp-content/uploads/2018/03/2018-Guinea-Bissau_Fala_di_Mindjer-Web-v10.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.